

excessiva em relação ao art. 39, inciso V.

Com o passar dos anos, dez, quinze, vinte anos, poderemos dizer que o entendimento em relação a esse dispositivo, nessa situação, é esse. Então, isso vai ser construído sempre com uma certa flexibilidade e também responsabilidade.

Acho que a responsabilidade está na mão do Judiciário, principalmente do Judiciário, não só do Judiciário. Todo operador do Direito vai ter essa abertura, mas o Judiciário é que vai dar a palavra final. Acredito que o Judiciário vai – essa é a impressão que tenho, até pela experiência do Código de Defesa do Consumidor – saber utilizar com cautela e com critério esse poder concedido pelas cláusulas gerais e por esses conceitos abertos, tanto do Código Civil de 2002, como – a experiência já tem me mostrado – do Código de Defesa do Consumidor.

## Artigos Doutrinários

### As Aposentadorias dos Servidores Públicos em Face da Reforma da Previdência Social

Nylson Paim de Abreu\*

*O homem não vive só para si e para a hora fugaz, que é o momento de sua passagem pelo mundo. Ele projeta sua personalidade para o futuro, sobrevive a si próprio em seus filhos. Seus esforços, trabalho e aspirações devem também visar, no fim da áspera caminhada, o repouso, a tranquilidade.*  
(Eloy Chaves, autor do primeiro projeto de lei sobre a criação da Previdência Social, em 1923)

#### 1. Introdução

O homem, ao longo da história da civilização, sempre teve e continua tendo o desejo fundamental de segurança. Até dormindo aspira tal desejo. Assim acontece quando sonha com alguma catástrofe, oportunidade em que a sua preocupação maior é o salvamento daqueles que lhe são caros e também de seus bens. E acorda angustiado quando sonha com uma eventual perda, especialmente da sua fonte de renda: emprego, aposentadoria ou algum tipo de assistência de caráter continuado.

\*Desembargador Federal do TRF-4ª Região.

Sob tal aspecto, é importante anotar que a pobreza e a velhice são os dois fantasmas que mais angustiam o homem. Por isso, as pessoas idosas lutam desesperadamente para manter os seus ganhos, mesmo que sejam minguados, posto que está em jogo não somente a sua manutenção, mas de modo especial a sua dignidade.

Tratando dessa angustiante questão social, o saudoso Deputado Fernando Ferrari escreveu na década de sessenta: “Os povos de todo o mundo – e particularmente dos países subdesenvolvidos – estão enfrentando mais um importante problema, cuja seqüência natural é o seu agravamento progressivo: *a velhice*.”

Se de um lado a Medicina, com os notáveis esforços assinalados no campo das descobertas, e de outro lado os pesquisadores, descortinando novas técnicas de alimentação e prevenção contra a doença, trouxeram ao indivíduo a realidade de uma vida mais longa, mais útil e mais sadia, provocaram, também, a aparição e o desenvolvimento desse fantasma, ainda não superado pela ciência, que faz com que o homem alimente inexoravelmente um medo: o de *envelhecer sem amparo*.<sup>1</sup> (grifado)

Sobre essa fase da existência humana, é oportuna a lição do grande tribuno romano Marco Túlio Cícero: “A velhice só é honrada na medida em que resiste, afirma seu direito, não deixa ninguém roubar-lhe seu poder e conserva sua ascendência sobre os familiares até o último suspiro.”<sup>2</sup>

## **2. Evolução do regime de aposentadorias dos servidores públicos no Direito Constitucional positivo brasileiro**

- CF/1891

Art. 75 – A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação.

- CF/1934

Art. 170 – O Poder Legislativo votará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo às seguintes normas, desde já em vigor:

(....)

3º) salvo os casos previstos na Constituição, serão aposentados, compulsoriamente, os funcionários que atingirem 68 anos de idade;

4º) *a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará a aposentadoria ou reforma, que, nesse caso, se contar o funcionário mais de trinta anos de serviço público efetivo, nos termos da lei, será concedida com os*

*vencimentos integrais;*

5º) o prazo para a concessão da aposentadoria com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar;

6º) o funcionário que se invalidar em consequência de acidente ocorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, qualquer que seja o seu tempo de serviço; serão também aposentados os atacados de doença contagiosa ou incurável, que os inabilite para o exercício do cargo;

7º) os proventos da aposentadoria ou jubilação não poderão exceder os vencimentos da atividade.

• CF/1937

Art. 156 – O Poder Legislativo organizará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo aos seguintes preceitos desde já em vigor:

(....)

d) serão aposentados compulsoriamente com a idade de sessenta e oito anos; a lei poderá reduzir o limite de idade para categorias especiais de funcionários, de acordo com a natureza do serviço;

e) a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará aposentadoria ou reforma, que será concedida com vencimentos integrais, se contar o funcionário mais de trinta anos de serviço efetivo; o prazo para a concessão da aposentadoria ou reforma com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar;

f) o funcionário invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, seja qual for o seu tempo de exercício;

g) as vantagens da inatividade não poderão, em caso algum, exceder às da atividade.

(....)

• CF/1946

Art. 191 – O funcionário será aposentado:

I – por invalidez;

II – compulsoriamente, aos 70 anos de idade.

§ 1º – Será aposentado, se o requerer, o funcionário que contar 35 anos de serviço.

§ 2º – Os vencimentos da aposentadoria serão integrais, se o funcionário

contar 30 anos de serviço; e proporcionais, se contar tempo menor.

§ 3º – Serão integrais os vencimentos da aposentadoria, quando o funcionário se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou por doença grave contagiosa ou incurável especificada em lei.

§ 4º – Atendendo à natureza especial do serviço, poderá a lei reduzir os limites referidos no número II e no § 2º deste artigo.

• CF/1967

Art. 100 – O funcionário será aposentado:

I – por invalidez;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III – voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º – No caso do número III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

*§ 2º – Atendendo à natureza especial do serviço, a lei federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I do art. 101.*

Art. 101 – Os proventos da aposentadoria serão:

I – integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino; ou trinta anos de serviço, se do feminino;

b) invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II – proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º – O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2º – Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 3º – Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

• Redação – EC/1 de 1969

Art. 101 – O funcionário será aposentado:

I – por invalidez;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III – voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

Parágrafo Único. No caso do item III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

Art. 102 – Os proventos da aposentadoria serão:

I – integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino; ou trinta anos de serviço, se do feminino; ou

b) se invalidar por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II – proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, salvo o disposto no parágrafo único do art. 101.

§ 1º – Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 2º – Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

§ 3º – O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

Art. 103 – Lei complementar, de iniciativa exclusiva do presidente da República, indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e à natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade.

• CF/1988 – Redação original

Art. 40 – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com

proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º – Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, *a e c*, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º – A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º – O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º – O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 6º – As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional 3, de 17/03/93).

• Redação – EC/20

Art. 40 – Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados *na forma do § 3º*:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional

ou doença grave, contagiosa ou incurável, *especificadas em lei*;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º – Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º – Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º – Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, *a*, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º – Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º – Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.

§ 8º – Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se



deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 9º – O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 – A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 – Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 – Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 – Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15 – Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 16 – Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

• Redação – EC/41

Art. 40 Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é



assegurado regime de previdência de caráter contributivo *e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas*, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados *na forma dos §§ 3º e 17*:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, *na forma da lei*;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º – Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º – Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º – Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, *a*, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º – Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à

conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º – Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º – O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 – A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 – Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 – Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 – Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15 – O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o

disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16 – Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§ 17 – Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18 – Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19 – O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, *a*, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20 – Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.

### 3. A reforma constitucional e a Previdência Social

A propósito da reforma constitucional já aprovada e das propostas de emenda em tramitação no Congresso Nacional, oportuníssima, pela sua atualidade, é a lição do então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Pedro Lessa, considerado o Marshall brasileiro, em obra doutrinária referente à proposta de reforma da Constituição de 1891:

Ameaça-nos uma nova crise de reformas constitucionais. Para os grandes males que sofremos neste momento, e sobretudo para o maior de todos, que é inquestionavelmente *a aflitiva situação financeira*, inúmeros terapeutas sociais só vêem e só preconizam um remédio – *a reforma da Constituição*. Entretanto, aos olhos dos que se habituaram a estudar pela observação histórica e pela comparação dos fatos sociais, não há medicação mais falha, mais negativa. As reformas constitucionais são os recursos prediletos das nações fracas, incapazes – por sua falta de educação e de energia – de um bom

governo prático, e das nações decadentes e enervadas, que, umas e outras, apelam freqüentemente, mas debalde, para tão desacreditada panacéia. <sup>3</sup> (grifado)

De fato, a atual reforma constitucional guarda muitas semelhanças com aquela promovida no início do século passado, tendo em vista que o seu objetivo principal é o acerto do caixa do governo, como se vê da introdução de sua proposta de reforma: a) o sistema previdenciário dos servidores públicos está profundamente desequilibrado em razão de regras inadequadas de acesso à aposentadoria e cálculo dos benefícios; b) o conjunto de mudanças do sistema previdenciário busca reverter o crescimento desse grave desequilíbrio e garantir que as aposentadorias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios continue a ser honrada; c) déficit em 2002 de 64 bilhões/ano, beneficiando apenas 3,2 milhões de segurados (déficit 2001 = 2,2% do PIB, 2002 = 2,1% do PIB, 2003 = 2% PIB); d) a mudança de regras tem como objetivo fazer com que os trabalhadores do setor público recebam benefícios equivalentes ao seu esforço contributivo, como já ocorre com o INSS; e) as regras estabelecidas anteriormente na previdência dos servidores não garantem equilíbrio entre as contribuições e os benefícios pagos; f) há necessidade de alterar essas regras com urgência, preservando os direitos já adquiridos.

Por seu turno, as principais críticas à reforma da Previdência podem ser elencadas nos seguintes tópicos: a) quebra da paridade – mostra o interesse no desmonte do serviço público (cálculo dos proventos com base nas contribuições ao longo da vida profissional); b) falta de regime de transição em prejuízo da segurança jurídica, frustrando as expectativas dos trabalhadores que optaram pelo serviço público após prestarem difíceis concursos públicos, com milhares de concorrentes; c) desrespeito à segurança jurídica, à expectativa do direito e também ao direito adquirido, ofendendo o Estado Democrático de Direito; d) priorização dos interesses do capital financeiro internacional – em obediência às imposições do FMI; e) aberração moral, por nivelar por baixo a classe trabalhadora do setor público, subtraindo-lhe o suporte financeiro necessário à sua manutenção com a mínima dignidade; f) a exigência de contribuição dos aposentados caracteriza verdadeiro confisco.

Como se pode ver, o conflito de interesses na questão previdenciária pode ser resumido em duas vertentes: FMI + Governo (FHC/Lula) + entidades sindicais do setor privado (em parte) + mídia *versus* servidores públicos e suas entidades sindicais.

O FMI, preocupado com seus avais junto ao Sistema Financeiro Internacional, monitoriza os gastos dos governos financiados, sugere a redução de encargos com os servidores públicos e também com os segurados da Previdência Social.

O Governo (FHC/Lula), por necessitar de recursos financeiros para a

consecução de suas metas, vê-se obrigado a contrair empréstimos internacionais, valendo-se do aval do FMI. Com isso, sujeita-se ao cumprimento das exigências desse organismo internacional.

As entidades sindicais vinculadas aos trabalhadores da iniciativa privada sempre defenderam a paridade das suas aposentadorias com aquelas do setor público. Por isso apoiaram a fixação do teto dos proventos dos servidores públicos no mesmo valor daquele do Regime Geral da Previdência Social (R\$ 2.400,00).

A mídia, formada por grandes conglomerados empresariais, também manifesta a sua simpatia aos projetos reformistas do setor público, dentro da filosofia do Estado mínimo. Daí o seu apoio à reforma da Previdência.

Os servidores públicos, por sua vez, defendem a manutenção do seu *status* previdenciário sob o argumento de que renunciam oportunidades de trabalho mais vantajosas, dadas as suas excelentes qualificações técnicas, em troca de garantia de sua estabilidade profissional e um final de vida tranquilo. Além disso, são responsáveis de forma significativa pela formação cultural do País, especialmente pelo aprimoramento do pensamento político nacional.

#### **4. Situação das aposentadorias voluntárias dos servidores públicos em face das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03**

A reforma da Constituição Federal, nos tópicos referentes à Previdência Social, iniciada com a Emenda Constitucional 20, de 1998, prosseguida na Emenda Constitucional 41, de 2003, modificou substancialmente o regime previdenciário dos servidores públicos, especialmente no que se refere às aposentadorias por tempo de serviço.

Com efeito, no regime vigente até 15/12/98, os servidores públicos poderiam inativar-se voluntariamente aos 35 anos de tempo de serviço (homens) e trinta (mulheres), respectivamente, a teor do art. 40, III, alínea *a*, na redação original da Constituição Federal de 1988, independentemente da idade, do tempo de serviço público, exceto em relação a algumas carreiras, sem a imposição de teto limitador dos proventos e isenção de contribuições previdenciárias.

Contudo, a partir da reforma previdenciária vigorante a contar de 16/12/98, data da sua publicação no *Diário Oficial da União*, novas regras foram estabelecidas para as aposentadorias voluntárias, dentre elas, a idade mínima de 60 e 55 anos, para homens e mulheres, respectivamente; tempo mínimo de serviço público; tempo de contribuição correspondente a 35 anos para o homem e 30 para a mulher, deixando de existir a chamada aposentadoria por tempo de serviço, embora resguardados os direitos dos atuais servidores à respectiva contagem como tempo de contribuição (EC 20/98, art. 4º e EC 41/03, art. 2º).

Além disso, a Emenda 41/03 estabeleceu um teto máximo para as aposentadorias, fixando-o em R\$ 2.400,00, o qual será passível de correção pelo mesmo índice aplicado ao Regime Geral da Previdência Social. Também instituiu contribuição previdenciária para os servidores inativos no mesmo percentual dos servidores ativos (art. 4º).

Entrementes, visando corrigir algumas distorções apontadas nesta última emenda, foi aprovada pelo Senado Federal e está tramitando na Câmara do Deputados a chamada Emenda Paralela (PEC 227), cujo teor será objeto de exame em tópico próprio.

Enfim, a partir da primeira reforma constitucional veiculada pela Emenda 20, de 15/12/98, a situação das aposentadorias voluntárias dos servidores públicos pode ser resumida nos seguintes termos:

### **I. Servidores admitidos antes da EC 20/98 (15/12/98, *DOU*, 16/12/98):**

1ª hipótese (aposentadoria com valor integral dos proventos): contando o servidor, até 15/12/98, tempo de serviço correspondente a 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres), poderão aposentar-se com proventos integrais com os mesmos reajustes concedidos aos vencimentos dos servidores em atividade (CF/88, art. 40, III, *a*, e § 4º, na redação original). Nesse caso ficam mantidas a *integralidade* do valor dos proventos e a sua *paridade* com os vencimentos dos servidores em atividade. Poderão requerer a aposentadoria em qualquer tempo (EC 20/98, art. 3º, e EC 41/03, art. 3º). Optando pela permanência em atividade, farão jus à isenção das contribuições previdenciárias (EC 20/98, art. 3º, § 1º, e EC 41/03, art. 3º, § 1º).

2ª hipótese (aposentadoria com valor dos proventos proporcional ao tempo de contribuição): contando o servidor, até 15/12/98, tempo de serviço correspondente a 30 anos (homens) e 25 anos (mulher), podem aposentar-se com proventos proporcionais (CF/88, art. 40, III, *c*, na redação original). A forma de reajuste é a mesma da 1ª hipótese.

Cabe observar que nas duas hipóteses acima não há a exigência de tempo mínimo de serviço público, nem idade mínima para a aposentadoria voluntária.

### **II. Servidores admitidos em cargo efetivo antes da EC 20/98 (15/12/98, *DOU*, 16/12/98), que ainda não tenham cumprido o tempo de serviço mínimo para a aposentadoria voluntária em 15/12/98:**

1ª hipótese (aposentadoria com valor integral dos proventos): contando o servidor, até 31/12/03 (EC 20/98, art. 8º, III, *a*): a) 53 anos de idade, se homem,



e 48 anos de idade, se mulher; b) 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; c) 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; d) contribuição adicional correspondente a 20% sobre o tempo faltante em 16/12/98.

Nesse caso, poderão aposentar-se com os proventos integrais, calculado com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria e corresponderá, na forma da lei, à totalidade da remuneração (CF/88, art. 40, § 3º, com a redação da EC 20/98). A forma de reajuste será na mesma proporção e forma dos servidores ativos (continuam mantidas a *integralidade* e a *paridade* dos proventos com os vencimentos do pessoal ativo).

2ª hipótese (aposentadoria com valor proporcional ao tempo de contribuição): contando até 31/12/03 (EC 20/98, art. 8º, 1º): a) 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher; b) 30 anos de tempo de contribuição, se homem, e 25, se mulher; c) 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; d) contribuição adicional correspondente a 40% sobre o tempo faltante em 16/12/98.

Cumpridos tais requisitos, poderão aposentar-se com proventos proporcionais, correspondentes a 70% da remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, mais 5% por ano de contribuição até atingir 100%, conforme a 1ª hipótese (CF/88, art. 40, § 3º, com a redação da EC 20/98). A forma de reajuste será na mesma proporção e forma dos servidores ativos (continuam mantidas nesse caso a integralidade e a paridade dos proventos com os vencimentos do pessoal ativo).

### **III. Servidores admitidos em cargo público efetivo antes da EC 41/03 (19/12/03, DOU, 31/12/03) que ainda não tenham cumprido o tempo mínimo para a aposentadoria em 31/12/03:**

1ª hipótese: servidores que tenham ingressado regularmente em cargo público até 31/12/03 e preencham os seguintes requisitos (EC 41/03, art. 2º): a) contar 53 anos de idade, se homem, e 48, se mulher; b) contar 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; c) contar tempo de contribuição igual, no mínimo, a soma de 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos, se mulher; d) período adicional equivalente a 20% sobre o tempo faltante das contribuições constantes da alínea anterior; e) redução dos proventos em razão da idade estabelecida no art. 40, § 1º, III, *a*, da CF/88, com a redação da EC 41/03 (60 e 55 anos de idade, se homem ou mulher, respectivamente), sendo 3,5% se completar a idade em 31/12/05 e 5% se completar a idade em 31/12/06; f) proventos calculados com base nas contribuições vertidas para os regimes previdenciários público e geral (Previdência Pública e INSS).



Nessa hipótese restam afastadas a *integralidade* e a *paridade* com os proventos dos servidores ativos (CF/88, art. 40, §§ 3º, 8º e 17).

2ª hipótese: servidores que tenham ingressado regularmente em cargo público efetivo até 31/12/03 e preencham os seguintes requisitos (EC 41/03, art. 6º): a) contar 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher; b) 35 anos de contribuição, se homem, e 30, se mulher; c) 20 anos de efetivos exercício no serviço público; d) 10 anos de carreira e 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; e) proventos integrais, correspondentes ao total da remuneração, que serão revistos na mesma proporção dos servidores em atividade.

Nessa hipótese são mantidas a *integralidade* e a *paridade* com os servidores ativos (EC 41/03, art. 6º e parágrafo único).

#### **IV. Servidores admitidos em cargo público efetivo após a EC 41/03 (19/12/03, DOU, 31/12/03):**

Os servidores públicos admitidos após 31/12/03 deverão preencher os seguintes requisitos para a aposentadoria (CF/88, com as alterações da EC 41/03, art. 40, § 1º, III, a, §§ 3º, 14, 15 e 17): a) 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; b) 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher; c) proventos calculados de acordo com as contribuições recolhidas aos regimes previdenciários (público ou geral/INSS); d) limite do valor do benefício igual ao Regime Geral da Previdência Social (§15), R\$ 2.400,00 ( EC 41/03, art. 5º), quando for criado o Regime da Previdência Complementar, previsto no § 14 do art. 40 da CF/88, que será revisado de acordo com os índices aplicados ao Regime Geral.

Nesse caso os reajustes serão feitos conforme estabelecido em lei, de molde a ser preservado o seu valor real (art. 40, § 8º). Restam afastadas, portanto, a integralidade e a paridade com os vencimentos da ativa.

#### **V. Situação das aposentadorias no projeto de Emenda Constitucional 227, tramitando na Câmara dos Deputados (Emenda Paralela)**

A chamada Emenda Paralela, aprovada no Senado Federal e agora tramitando na Câmara dos Deputados, tem a seguinte redação:

Art. 5º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal, ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da emenda Constitucional 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias

e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, aplicando-se o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

Nessa emenda são mantidas a integralidade e a paridade dos proventos com os vencimentos dos servidores em atividade (EC 41/03, art. 7º). No caso, poderá haver redução da idade para a aposentadoria proporcionalmente ao tempo de contribuição recolhida acima de 35 ou 30 anos, se homem ou mulher, respectivamente. Por exemplo: 36 anos de contribuições: 59 anos para o homem; 31 anos de contribuições: 54 anos para a mulher.

### **5. Questionamentos sobre a EC 41/03 no Supremo Tribunal Federal**

Tão logo aprovada a Emenda Constitucional 41, de 2003, foram ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal várias ações diretas de inconstitucionalidade, cujos dados vão abaixo enumerados.

*ADI: 3099 (19/12/03)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Partido Democrático Trabalhista – PDT

Dispositivo questionado: Parte do art. 1º e art. 4º, ambos da Emenda Constitucional 41, promulgada em 19 de dezembro de 2003.

Fundamento jurídico: afronta ao art. 5º, inciso XXXVI, art. 37, inciso XV, e art. 60, § 4º, inciso IV, todos da Constituição Federal.

*ADI: 3104-0 (31/12/03)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp (CF 103, IX)

Dispositivo questionado: art. 2º e da expressão “8º”, do art. 10, ambos da Emenda Constitucional 41, promulgada em 19 de dezembro de 2003.

Fundamento jurídico: afronta ao art. 5º, inciso XXXVI, e art. 60, § 4º, inciso

IV, ambos da Constituição Federal.

*ADI: 3105-8 (31/12/03)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp (CF 103, IX)

Dispositivo questionado: Art. 4º da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003.

Fundamento jurídico: afronta ao art. 5º, inciso XXXVI; art. 150, inciso II; e art. 60, § 4º, inciso IV, todos da Constituição Federal.

*ADI: 3128-7 (05/02/04)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR (CF 103, IX)

Dispositivo questionado: art. 4º da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003.

Fundamento jurídico: afronta ao art. 5º, XXXVI, c/c art. 60, § 4º, bem como o art. 40, § 1º, todos da Constituição Federal.

*ADI: 3133-3 (12/02/04)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona (CF 103, VIII)

Dispositivo questionado: art. 40, *caput*, expressões, incisos I e II do § 7º, § 18; § 1º do art. 149, com a nova redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, bem como o seu art. 4º, *caput*, parágrafo único e incisos I e II.

Fundamento jurídico: afronta ao art. 5º, *caput*, incisos XXXVI, LIV e § 2º c/c art. 40, § 12; art. 150, inciso II; art. 194, parágrafo único, inciso IV; art. 195, II c/c art. 60, § 4º, incisos I e IV, todos da Constituição Federal.

*ADI: 3138 (13/02/04)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (CF 103, IX)

Dispositivo questionado: art. 40, *caput*, expressões, incisos I e II do § 7º, § 18; § 1º do art. 149, com a nova redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, bem como o seu art. 4º, *caput*, parágrafo único e

incisos I e II.

Fundamento jurídico: afronta ao art. 24, § 1º e art. 60, § 4º, inciso I, ambos da Constituição Federal.

*ADI: 3143 (18/02/04)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CF 103, IX)

Dispositivo questionado: art. 4º, parágrafo único e incisos I e II, c/c art. 5º e art. 1º (na parte em que modificou o art. 40, § 18, da Constituição Federal) da Emenda Constitucional 41 de 19 de dezembro de 2003.

Fundamento jurídico: afronta ao art. 5º, caput, inciso XXXVI; art. 37, inciso XV; art. 194, inciso IV; art. 195, inciso II; art. 150, incisos II e IV; art. 60, § 4º, inciso IV, todos da Constituição Federal, bem como art. 3º, § 3º, da EC 20/98.

*ADI: 3172-4 (24/03/04)*

Relatora: Ministra Ellen Gracie

Requerente: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra (CF 103, IX)

Dispositivo questionado: Emenda Constitucional 41, (art. 1º na parte em que incluiu o § 18 no art. 40, art. 4º, parágrafo único, I e II, e art. 9º) e da Medida Provisória 167, de 2004 (art. 5º, que acrescentou os arts. 3-A, 3-B e § único, à Lei 9.783, de 1999).

Fundamento jurídico: afronta ao art. 5º, inciso XXXV e art. 60, § 4º, inciso IV, ambos da Constituição Federal.

## 6. Conclusão

É certo que a Previdência Social Geral necessita de uma profunda reformulação na sua estrutura, posto que o descompasso entre a arrecadação e o dispêndio de recursos para a manutenção dos seus benefícios atingiu o limite de sua suportabilidade. Muitas são as causas desse impasse financeiro. Cabe lembrar que a Previdência Social sempre padeceu, ao longo do tempo, de problemas de gerenciamento dos seus recursos. No seu início, quando não havia gastos com o pagamento dos benefícios previdenciários, a Administração Previdenciária promovia investimentos em áreas que não ensejariam retorno financeiro algum. Exemplo disso, foi o uso dos recursos oriundos dos cofres da Previdência Social na construção de obras públicas (Ponte Rio–Niterói, Brasília, Transamazônica e outras). Igualmente aconteceu com as edificações de residências para os seus segurados. Nessa época surgiram as vilas ou bairros dos IAPs, v. g. Vila IAPI, Vila

dos Bancários e outras símeis.

Sob o aspecto político, o caráter social de tais empreendimentos rendia dividendos aos seus promotores. Contudo essa prática administrativa comprometeu inexoravelmente as gerações futuras.

Além daquelas causas, outras ainda podem ser enumeradas, tais como desemprego, trabalho informal e o aumento da expectativa do tempo de vida dos aposentados, resultando daí o aumento do tempo de duração dos benefícios, que implicou maior dispêndio dos cofres da Previdência, ocorrendo situação inversa na arrecadação das contribuições previdenciárias, em face da ausência ou baixa oferta de empregos, reduzindo a base contributiva decorrente do mercado de trabalho informal.

Por conseguinte, a crise da Previdência Social tem causas próprias e localizadas, não se podendo atribuir a responsabilidade pelo descalabro de suas contas aos servidores públicos, como tem sido reiteradamente feito pelos órgãos governamentais gestores da seguridade social.

Aliás, os servidores públicos sempre receberam os seus proventos de inatividade dos cofres do Tesouro (Federal, Estadual ou Municipal). Somente passaram a contribuir para a seguridade social a partir da Emenda Constitucional 3, de 17/03/93, que estabeleceu esta fonte de custeio para a seguridade pública, porém separadamente do Regime Geral da Previdência Social, cujo financiamento é tripartite (Poder Público, empresas, trabalhadores e outros), conforme o disposto no art. 195 da CF/88. Antes daquela emenda constitucional as contribuições dos servidores públicos eram destinadas às pensões.

Ademais, é importante salientar as preocupações manifestadas pelas entidades representativas dos servidores públicos no sentido de que a mudança nas regras da Previdência Pública ensejará o desestímulo ao ingresso no serviço público de pessoas dotadas de talento e, em decorrência disso, abrir-se-ia um campo fértil à corrupção, com evidente prejuízo para a sociedade, em face do desmantelamento da estrutura administrativa do Estado.

Além disso, cumpre salientar que as chamadas carreiras de Estado, pela sua alta relevância social, deve ter um tratamento diferenciado em relação à iniciativa privada, visto que a sua atividade é desenvolvida exclusivamente no interesse da comunidade.

Nesse aspecto, muito oportuna é a observação do ex-Ministro da Previdência e ex-Senador da República, Jarbas Passarinho: “No ano de 1943, presidia o Brasil o Doutor Getúlio Vargas. Sua política previdenciária tinha duas facetas, claramente distintas: a do mercado, regulada pela legislação do trabalho, e a do serviço público. Quem ingressava no serviço público fazia-o mediante concurso

universal obrigatório, para a área civil ou para o Exército. Entendia o Presidente que o serviço público civil implicava servir à comunidade e não a interesse pessoal. Nas Forças Armadas, era servir à Pátria. Em ambos os casos, uma serventia: os servidores, civis ou militares, receberiam remuneração modesta. Ninguém poderia enriquecer no serviço público civil ou na profissão de militar. Em compensação, desfrutava de vantagens específicas: a estabilidade e a aposentadoria, esta provida pela União.”<sup>4</sup>

Conseqüentemente, o tema referente à seguridade social dos servidores públicos deve merecer uma reflexão racional e sensata dos Poderes do Estado, de molde a ser preservada a excelência da qualidade dos serviços públicos em benefício de toda a sociedade.

## 7. Anexos

### Anexo I

*Forma de cálculo do tempo de contribuição de aposentadoria voluntária pela regra de transição, estabelecida no art. 8º da Emenda Constitucional 20/98:*

a) *homem*: 1) multiplicar o número de anos necessários para a aposentadoria integral por 365 (número de dias no ano):  $35 \times 365 = 12.775$ . Esse resultado corresponderá ao número de dias necessários à aposentadoria integral. 2) transformar em dias todo o tempo trabalhado anterior a 16 de dezembro de 1998 da seguinte forma: a) multiplicar o número de anos trabalhados por 365; b) em seguida, multiplicar o número de meses trabalhados por 30 (número de dias no mês); c) somar o resultado obtido das operações anteriores (a e b) ao número de dias trabalhados inferiores a um mês, ou seja, inferiores a 30 dias. O resultado desse somatório corresponde ao número de dias trabalhados. 3) do resultado da operação 1 subtrair o resultado obtido da operação 2. Multiplicar o resultado obtido dessa operação pelo fator 1,2 (um vírgula dois), para encontrar o tempo de contribuição com acréscimo de 20% (vinte por cento) estabelecido no art. 8º, inciso III, alínea b, da Emenda Constitucional 20, de 1998, e no art. 11, inciso III, alínea b, da Instrução Normativa Seap. O resultado dessa operação terá uma parte inteira e poderá ter uma parte decimal. Caso tenha a parte decimal, arredondar para maior, sempre. Esse é o tempo mínimo que falta, em dias, para a aposentadoria integral. (Exemplo:  $952 \times 1,2 = 1.142,4$ . Arredondando-se para maior, obtém-se 1.143). 4) dividir o resultado da operação 3 (tempo de contribuição com acréscimo de 20%) por 365. O resultado dessa operação terá uma parte inteira e poderá ter uma parte decimal. A parte inteira (à esquerda da vírgula) corresponderá ao número de anos que falta para aposentadoria.



5) multiplicar a parte inteira por 365. 6) do resultado da operação 3 subtrair o resultado obtido da operação 5. 7) se o resultado obtido da operação 6 for maior que 30, dividir esse resultado por 30. O resultado dessa operação terá uma parte inteira e poderá ter uma parte decimal. A parte inteira corresponde ao número de meses que falta para aposentadoria. 8) multiplicar a parte inteira por 30. 9) do resultado da operação 6 subtrair o resultado obtido da operação 8. Esse resultado corresponde ao número de dias.

*b) mulher:* adotar a mesma formulação acima tomando-se por base 30 anos de contribuição.

*c) aposentadoria proporcional:* adotar o indexador 1,4 para o acréscimo determinado no art. 8º, 1º, b, da EC 20/98.

Exemplo: um servidor que já conta com 20 anos, 4 meses e 6 dias de tempo contribuição/serviço, considerados os anos bissextos, deverá proceder assim:

1) multiplicar o número de anos necessários para a aposentadoria integral por 365:  $35 \times 365 = 12.775$ ; 2) transformar em dias todo o tempo trabalhado anterior a 17 de dezembro de 1998 da seguinte forma: a) multiplicar o número de anos trabalhados por 365:  $20 \times 365 = 7.300$ ; b) multiplicar o número de meses trabalhados por 30:  $4 \times 30 = 120$ ; c) somar o resultado obtido das operações anteriores (a e b) ao número de dias trabalhados inferiores a um mês:  $7.300 + 120 + 6 = 7.426$ ; 3) do resultado da operação 1 subtrair o resultado da operação 2: a)  $12.775 - 7.426 = 5.349$ ; b) multiplicar o resultado obtido dessa operação pelo fator 1,2:  $5.349 \times 1,2 = 6.418,8$ ; c) arredondando a parte decimal para maior, obtém-se 6.419. Esse resultado é o tempo mínimo que falta, em dias, para a aposentadoria integral. 4) dividir o resultado final da operação 3 (alínea c, correspondente ao tempo com acréscimo de 20%) por 365:  $6.419 : 365 = 17,5863$ ; a parte inteira (à esquerda da vírgula) corresponde ao número de anos. 5) multiplicar a parte inteira por 365;  $17 \times 365 = 6.205$ . 6) do resultado final da operação 3 subtrair o resultado obtido da operação 5,  $6.419 - 6.205 = 214$ ; 7) dividir o resultado da operação 6 por 30:  $214 : 30 = 7,1333$ ; a parte inteira (à esquerda da vírgula) corresponde ao número de meses. 8) multiplicar a parte inteira por 30:  $7 \times 30 = 210$ ; 9) do resultado da operação 6 subtrair o resultado obtido da operação 8,  $214 - 210 = 4$ ; Conclusão: esse servidor irá trabalhar mais 17 anos, 7 meses e 4 dias.

*III – mulher:* os procedimentos são os mesmos, bastando observar que o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria integral da mulher é de 30 anos.

## Anexo II



Tabela de tempo de serviço necessário para aposentadoria integral nos termos do art. 8º da EC 20/98

Tempo de serviço em anos	Homem		Mulher	
	Tempo remanescente pela regra atual, em anos	Tempo remanescente pela regra de transição, em anos	Tempo remanescente pela regra atual, em anos	Tempo remanescente pela regra de transição, em anos
1	34	40,6	29	34,8
2	33	39,6	28	33,6
3	32	38,4	27	32,4
4	31	37,2	26	31,2
5	30	36,0	25	30,0
6	29	34,8	24	28,8
7	28	33,6	23	27,6
8	27	32,4	22	26,4
9	26	31,2	21	25,2
10	25	30,0	20	24,0
11	24	28,8	19	22,8
12	23	27,6	18	21,6
13	22	26,4	17	20,4
14	21	25,2	16	19,2
15	20	24,0	15	18,0
16	19	22,8	14	16,8
17	18	21,6	13	15,6
18	17	20,4	12	14,4
19	16	19,2	11	13,2
20	15	18,0	10	12,0
21	14	16,8	9	10,9
22	13	15,6	8	9,6
23	12	14,4	7	8,4
24	11	13,2	6	7,2
25	10	12,0	5	6,0
26	9	10,9	4	4,8
27	8	9,6	3	3,6
28	7	8,4	2	2,4
29	6	7,2	1	1,2
30	5	6,0	—	—
31	4	4,8	—	—
32	3	3,6	—	—
33	2	2,4	—	—
34	1	1,2	—	—

### Anexo III

Tabela de tempo de serviço necessário para aposentadoria proporcional nos termos do art. 8º da EC 20/98

Tempo de serviço em anos	Homem		Mulher	
	Tempo remanescente pela regra atual, em anos	Tempo remanescente pela regra de transição, em anos	Tempo remanescente pela regra atual, em anos	Tempo remanescente pela regra de transição, em anos
1	29	40,6	24	33,6
2	28	39,2	23	32,2
3	27	37,8	22	30,8
4	26	36,4	21	29,4
5	25	35,0	20	28,0
6	24	33,6	19	26,6
7	23	32,2	18	25,2
8	22	30,8	17	23,8
9	21	29,4	16	22,4
10	20	28,0	15	21,0
11	19	26,6	14	19,6
12	18	25,2	13	18,2
13	17	23,8	12	16,8
14	16	22,4	11	15,4
15	15	21,0	10	14,0
16	14	19,6	9	12,6
17	13	18,2	8	11,2
18	12	16,8	7	9,8
19	11	15,4	6	8,4
20	10	14,0	5	7,0
21	9	12,6	4	5,6
22	8	11,2	3	4,2
23	7	9,8	2	2,8
24	6	8,4	1	1,4
25	5	7,0	—	—
26	4	5,6	—	—
27	3	4,2	—	—
28	2	2,8	—	—
29	1	1,4	—	—

#### Anexo IV

#### Emenda Constitucional 20, de 1998

Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

*Art.1* ° – A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.7º – (....)

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

(....)

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

(....)”

“Art.37 – (....)

§ 10 – É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.”

“Art. 40 – Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

2º – Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo

efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º – Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º – Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, *a*, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º – Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º – Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.

§ 8º – Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 9º – O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 – A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 – Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição,

cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 – Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 – Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15 – Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 16 – Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.”

“Art. 42 – (...)

§ 1º – Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo à lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º – Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º.”

“Art. 73 – (...)

§ 3º – Os ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

(...)”

“Art. 93 – (....)

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40;

(....)”

“Art. 100 – (....)

§ 3º – O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 114 – (....)

§ 3º – Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.”

“Art. 142 – (....)

§ 3º – (....)

(....)

IX – aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º;

(....)”

“Art. 167 – (....)

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, *a*, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

(....).”

“Art. 194 – (....)

Parágrafo único – (....)

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.”

“Art. 195 – (....)

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

(....)

§ 8º – O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º – As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10 – A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11 – É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.”

“Art. 201 – A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º – Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário



mínimo.

§ 3º – Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º – É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º – É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º – A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º – É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º – Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º – Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10 – Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

§ 11 – Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.”

“Art. 202 – O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

§ 1º – A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º – As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º – É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º – Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º – A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º – A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.”

*Art. 2º – A Constituição Federal, nas Disposições Constitucionais Gerais, é acrescida dos seguintes artigos:*

“Art. 248 – Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI.

Art. 249 – Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

Art. 250 – Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos

benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desse fundo.”

*Art. 3º – É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.*

§ 1º – O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, *a*, da Constituição Federal.

§ 2º – Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 3º – São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação desta emenda aos servidores e militares, inativos e pensionistas, aos anistiados e aos ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

*Art. 4º – Observado o disposto no art. 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.*

*Art. 5º – O disposto no art. 202, § 3º, da Constituição Federal, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o § 4º do mesmo artigo.*

*Art. 6º – As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do*

disposto neste artigo.

Art. 7º – Os projetos das leis complementares previstas no art. 202 da Constituição Federal deverão ser apresentados ao Congresso Nacional no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta emenda.

Art. 8º – Observado o disposto no art. 4º desta emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º desta emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II – os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º – Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º – Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.

§ 4º – O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

§ 5º – O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no *caput*, permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, *a*, da Constituição Federal.

Art. 9º – Observado o disposto no art. 4º desta emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que se tenha filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta emenda, quando, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos:

I – contar com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e

II – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º – O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II – o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º – O professor que, até a data da publicação desta emenda, tenha exercido

atividade de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.

Art.10 – O regime de Previdência Complementar de que trata o art. 40, §§ 14, 15 e 16, da Constituição Federal, somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 15 do mesmo artigo.

Art.11 – A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art.12 – Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195 da Constituição Federal, são exigíveis as estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art.13 – Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que, até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art.14 – O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), devendo, a partir da data da publicação desta emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art.15 – Até que a lei complementar a que se refere o art. 201, § 1º, da Constituição Federal, seja publicada, permanece em vigor o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação vigente à data da publicação desta emenda.

Art.16 – Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



Art.17 – Revoga-se o inciso II do § 2º do art. 153 da Constituição Federal.  
Brasília, 15 de dezembro de 1998.

### Anexo V

#### **Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003 (DOU, 31/12/03)**

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

As *mesas* da *Câmara dos Deputados* e do *Senado Federal*, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

*Art. 1º* – A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37 – (....)

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos deputados estaduais e distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos procuradores e aos defensores públicos;

(....)” (NR)

“Art. 40 – Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.



§ 1º – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

(....)

§ 3º – Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

(....)

§ 7º – Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º – É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

(....)

§ 15 – O Regime de Previdência Complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

(....)

§ 17 – Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18 – Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo

estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19 – O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, *a*, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20 – Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.” (NR)

“Art. 42 – (....)

§ 2º – Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.” (NR)

“Art. 48 – (....)

XV – fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.” (NR)

“Art. 96 – (....)

II – (....)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

(....)” (NR)

“Art. 149 – (....)

§ 1º – Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

(....).” (NR)

“Art. 201 – (....)

§ 12 – Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.” (NR)

Art. 2º – Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea *a* deste inciso.

§ 1º – O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, *a*, e § 5º, da Constituição Federal, na seguinte proporção:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II – cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º – Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º – Na aplicação do disposto no § 2º deste artigo, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º – O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º – O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no *caput*, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 6º – Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 3º – É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º – O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 2º – Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 4º – Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Parágrafo único – A contribuição previdenciária a que se refere o *caput* incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere:

I – cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – sessenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição

Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.

Art. 5º – O limite máximo para o valor dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6º – Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único – Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 7º – Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em

atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 8º – Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o art. 37, XI, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de publicação desta emenda a ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos deputados estaduais e distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento da maior remuneração mensal de ministro do Supremo Tribunal Federal a que se refere este artigo, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos procuradores e aos defensores públicos.

Art. 9º – Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 10 – Revogam-se o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, bem como os arts. 8º e 10 da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 11. Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 19 de dezembro de 2003.

---

#### Notas

<sup>1</sup> *Mensagem renovadora*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 74-6.2

<sup>2</sup> *Saber envelhecer e a amizade*. trad. Paulo Neves. Porto Alegre, L&PM, 1997, p. 32

<sup>3</sup> *Reforma constitucional*. Rio de Janeiro: Editora LUX, 1925, p. 3/4.

<sup>4</sup> *Reforma da previdência em questão*. Org. Lauro Morhy. Brasília: Editora UnB, 2003, p. 73.



## Bibliografia

- CÍCERO, Marco Túlio. *Saber envelhecer*. trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- FERRARI, Fernando. *Mensagem renovadora*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.
- FONTOURA, Iara Purcote e SABATOVSKI, Emílio (org.). *Legislação previdenciária*. 3ª, ed. Curitiba: 1999.
- GONÇALVES, Nilton Oliveira. *As novas regras para a aposentadoria*. São Paulo: Ltr, 1999.
- LEITE, Celso Barroso. *O século do lazer*. São Paulo: Ltr, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O século do desemprego*. São Paulo: Ltr, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O século da aposentadoria*. São Paulo: Ltr, 1993.
- LESSA, Pedro. *Reforma constitucional*. Rio de Janeiro: Editora LUX, 1925.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Comentários à lei básica da previdência social*. 4ª. ed. São Paulo: Ltr, 1997.
- MONTEIRO, Meire Lúcia Gomes (coord.). *Introdução ao Direito Previdenciário*. São Paulo: Ltr, 1998.
- MORHY, Lauro, et al, org. *Reforma da previdência em questão*. Org. Lauro Morhy. Brasília: Editora UnB, 2003.
- ROCHA, Daniel Machado da e BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. *Comentários à lei de benefícios da previdência social*. Porto Alegre: Livraria do Advogado/Esmafe, 2000.
- RUSSOMANO, Mozart Víctor. *Curso de previdência social*. Rio de Janeiro: Forense. 1979.

## A Oralidade nos Juizados Especiais Cíveis Federais

Nazareno César Moreira Reis\*

## 1. Oralidade e escritura

Quando se pensa em oralidade cogita-se logo de sua antípoda, a escritura, e prontamente aparecem argumentos em favor de uma e de outra, tendo em vista os mais diversos fins que a linguagem desempenha na cultura em geral. Particularmente no âmbito do Direito Processual Civil o assunto está em voga desde o final do século XIX e início do século XX; para nós de língua neolatina, especialmente a partir das reflexões feitas por Giuseppe Chiovenda<sup>1</sup>, autor que designou pela primeira vez um agregado de regras (*modus faciendi*) correspondentes a certa tradição de procedimento judicial pelo nome de “princípio da oralidade”.

Mas a oposição entre a linguagem oral e a escrita não é algo exclusivo do Direito, muito menos do Direito Processual. Na Literatura e na Filosofia, sobretudo, muito já se discutiu sobre as vantagens e os decursos da escrita sobre a fala, e vice-versa.

\*Juiz Federal Substituto da 24ª Vara de Seção Judiciária/DF (Juizado Especial Cível).